



*  Clique na notícia para abrir a página desejada

Amagis atua
por valorização
da 1ª Instância
no orçamento

PÁGINA 7

Associação
saúda direção
do TJ por 1º
ano de gestão

PÁGINA 8

Live debate
dificuldades
no sistema
do PJe

PÁGINAS 12 E 13



Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram
[31] 99881-4367



Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte MG CEP 30.310-160

Ministro autoriza audiência de custódia por videoconferência

STF/DIVULGAÇÃO



A Amagis e a AMB garantiram o uso da videoconferência em audiência de custódia na pandemia. O STF julgou procedente ADI da AMB, que foi acionada pela Amagis, questionando a proibição da tecnologia. “Na crise sanitária, devem ser observadas as regras de segurança a todos os envolvidos nas audiências”, disse o presidente Alberto Diniz.

Videoconferência em audiência de custódia foi autorizada por meio de liminar

PÁGINA 3

Atuação da Diretoria favorece PLs da Magistratura na ALMG

PÁGINAS 4, 5 E 6



**ROSIMERE DO COUTO PRIORIZA A
PREVENÇÃO E INOVAÇÃO NO PLANO**

PÁGINA 23

ATUAÇÃO GARANTE DIREITO A JUSTIÇA E A SEGURANÇA NA PANDEMIA

POR ALBERTO DINIZ*

“Em período de grave crise sanitária, devem ser observadas as regras de segurança dos presos e dos demais envolvidos nas audiências”

Por vocação e compromisso, mantemos a vigilância em defesa e valorização dos magistrados em todas as etapas e esferas. Especialmente, quando legislamos sobre interesses da Magistratura sem fazer o debate ou acolher contribuições que as Associações apresentam.

Através de liminar do ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal, suspendemos norma que vedava o uso da videoconferência em audiência de custódia. Se todos tivéssemos que nos adaptar à realidade da pandemia, não há por que também não alterar regras gestadas em situação que não previa excepcionalidades.

Ao contrário de normas frias e inertes, o direito deve ser dinâmico e atento à própria realidade que o envolve, exigindo ajustes para que a Justiça não fique obstruída. A Amagis acionou a Associação dos Magistrados Brasileiros, que detém a legitimidade para isso, acusando a inconstitucionalidade de tal impedimento.

O ministro reconheceu a realidade atípica na qual modelos precisam ser repensados. A audiência por videoconferência assegura ao preso em flagrante, ou por provisória, o direito de ser ouvido, de estar diante do juiz. A Justiça não pode tardar, especialmente em situações em que o direito à liberdade fica em risco.

Em período de grave crise sanitária, devem ser observadas as regras de segurança dos presos e dos demais envolvidos nas audiências. Afinal, o aumento de contatos interpessoais entre os participantes das audiências presenciais representa maior risco de contágio da doença, alerta feito até pela Organização Mundial da Saúde.

No atual contexto, as iniciativas devem favorecer o isolamento social, mas não impedem o uso da tecnologia em favor da Justiça. É preciso reconhecer também e registrar a disposição e dedicação à causa da presidente da AMB, Renata Gil. Por sua iniciativa e presença, alcançamos essa conquista.

Aqui em Minas, na Assembleia Legislativa, estamos igualmente ativos na tramitação do projeto que cria benefício de migração para a previdência complementar. O trabalho começou na aprovação do texto da reforma da previdência, depois, na reivindicação por sua regulamentação, elaboração da norma e, por último, sua aprovação. Fiquemos juntos, mesmo a distância, e focados em nossos direitos e no aperfeiçoamento da Justiça.●

[*] Presidente da Amagis

ÍNDICE

➡ Clique na notícia para abrir a página desejada



- Videoconferência é liberada em audiência de custódia **PÁG 03**
- Amagis atua em todas as etapas pela migração na Previdência **PÁG 04**
- Live esclarece dúvidas sobre benefício de migração **PÁG 05**
- PL sobre assessores de juizavança na Assembleia de Minas **PÁG 06**
- Amagis quer valorização da 1ª instância no orçamento do TJ **PÁG 07**
- Novo presidente do TRE aponta desafios da Justiça Eleitoral **PÁG 09**
- Presidente do TJMG empossa dois novos desembargadores **PÁG 10**
- Amagis integra homenagem ao presidente do Senado **PÁG 11**
- Associação debate dificuldades do PJe com magistrados **PÁG 12**
- Pandemia e gestão pública **PÁG 15**

- Abertas inscrições para férias nas colônias da Amagis **PÁG 16**
- Entrevista: Valéria Rodrigues, desembargadora **PÁG 17**
- Descobridor de talentos **PÁG 18**
- MagisCultura recebe trabalhos até 20 de julho **PÁG 19**

+SAÚDE!

- Convênios para vacinas avançam no interior **PÁG 21**
- Juizes destacam facilidade para marcar check-up **PÁG 24**

PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

Vice-presidente Administrativo:

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente Financeira:

Juiza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente de Saúde:

Juiza Rosimere das Graças do Couto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juiza Marli Maria Braga Andrade

Vice-presidente do Interior:

Juiz Paulo Fernando Naves de Resende

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juiz Jorge Paulo dos Santos

Diretora-Secretária:

Juiza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

Diretor-Subsecretário:

Juiz Evandro Cangussu Melo

Diretora de Comunicação:

Juiza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro



Rua Albita, 194 · Cruzeiro - Belo Horizonte · MG - Telefax: [31] 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo ·
Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634
Izabela Machado · Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Publicare Design

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Videoconferência é liberada em audiência de custódia

Nunes Marques julgou favorável ação da AMB, Amagis e Associações

FELIPE SAMPAIO/SCO/STF

A AMB, Amagis e as Associações estaduais de magistrados obtiveram, no dia 1º de julho, um importante avanço na realização de audiências de custódia por videoconferência, quando a maioria dos ministros do STF votou com a decisão do ministro Nunes Marques, que, em 28 de junho, autorizou, por meio de liminar, o uso da tecnologia.

A votação foi realizada em sessão extraordinária virtual e, após destaque pedido pelo ministro Gilmar Mendes, será retomada pelo plenário do Supremo, para a decisão final.

De acordo com Nunes Marques, a realização da audiência presencial, no atual contexto, coloca em risco os direitos fundamentais à vida e à integridade física de todos os participantes do ato, inclusive do próprio preso. Para o ministro, o aumento de contatos interpessoais amplia as chances de contágio pelo coronavírus, conforme observam autoridades sanitárias como a Organização Mundial de Saúde.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade [ADI 6841] foi movida pela AMB, contra o parágrafo 1º do artigo 3-B do Código de Processo Penal [CPP], inserido



Para Nunes Marques, do STF, a audiência presencial coloca em risco a integridade de todos

pelo Pacote Anticrime [Lei 13.964/2019]. De acordo com a norma, o preso em flagrante ou por mandado de prisão provisória deve ser encaminhado a um juiz de garantias no prazo de 24 horas para uma audiência, com a presença do Ministério Público, da Defensoria Pública ou de advogado, vedado o uso de videoconferência. A decisão suspendeu a eficácia dessa vedação.

A audiência de custódia por videoconferência foi um dos pontos de pauta da reunião da AMB, Amagis e Associações de magistrados com o ministro Luiz

Fux, presidente do STF, realizada no dia 5 de maio, da qual participaram o senador Rodrigo Pacheco [DEM-MG], presidente do Senado, e o deputado federal João Campos [Republicanos-GO].

Na avaliação do presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, a decisão do ministro é resultado da parceria da Associação e a AMB, em favor da Magistratura. “Essa decisão é resultado de um trabalho que realizamos de forma discreta, que restabeleceu uma situação necessária para o exercício da jurisdição dos magistrados da esfera penal.

Reconheço o vigoroso trabalho da presidente Renata Gil nesta situação e em várias outras”, afirmou.

A presidente da AMB ressaltou a importância da conquista no atual contexto social. “Vivemos um momento de excepcionalidade em que os modelos precisam ser repensados. A audiência por videoconferência mantém assegurado ao preso em flagrante ou por mandado de prisão provisória o direito de ser ouvido, de estar diante de um juiz; ou seja, o acesso à Justiça em tempo adequado”, disse Renata Gil. ●



Pesquisa de satisfação

Amagis Saúde

Serviços prestados

96,6%

de aprovação

Fonte: Instituto Ibero Brasileiro de Relacionamento com o Cliente [IBRC]

Amagis atua em todas as etapas pela migração na Previdência

Projeto concede benefício para transição ao regime complementar

O Projeto de Lei Complementar (PLC) 60/21, que institui a Previdência Complementar de servidores públicos e cria benefício para a migração de regime, foi aprovado, no dia 2 de julho, pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

O PLC foi entregue ao presidente da ALMG, deputado Agostinho Patrus, no dia 9 de junho. Na ocasião, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, defendeu a importância do incentivo para aqueles que, por mérito, ingressaram na carreira pública e nela planejaram suas vidas. “A Amagis defendeu a criação do benefício na tramitação da reforma da Previdência estadual e, agora, atuará diariamente para a implementação do incentivo”, afirmou Alberto Diniz.

A entrega do documento foi feita pelo secretário de Governo de Minas Gerais, Igor Eto, em ato do qual também participaram o presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, o procurador-geral de Justiça, Jarbas Soares, o deputado João Magalhães, o presidente da AMMP, Enéias Xavier, e o presidente do Sindifisco-MG, Marco Couto.

GESTÕES DA AMAGIS

Desde o primeiro semestre deste ano, a Associação tem atuado para garantir a implementação do benefício. No dia 16 de março, Alberto Diniz, acompanhado do presidente da AMMP, Enéias Xavier, e do deputado estadual João Magalhães, conversou com o secretário-adjunto de Go-



Amagis participou da entrega da proposta de criação do benefício de migração na Previdência

verno, Gustavo Corrêa, sobre o envio da proposta pelo Executivo ao Legislativo.

Após esse encontro, Alberto Diniz reuniu-se com o presidente do TJMG, desembargador Gilson Lemes, o procurador-geral de Justiça, Jarbas Soares, o presidente da AMMP, Enéias Xavier, e o procurador-geral adjunto de Justiça, Carlos André Mariani, para realizar estudo prévio do projeto de lei para a criação do benefício especial de migração para do regime complementar da Previdência.

BENEFÍCIO

De acordo como o parágrafo 12, do artigo 3º do PLC 60/21, “o benefício especial será equivalente à diferença entre a média aritmética simples das maiores remunerações anteriores à data de mudança do regime, utilizadas como base para as contribuições do servidor ao regime próprio de previdência social da União, Estados, Distrito

Federal e Municípios, atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a substituí-lo, correspondentes a 80% de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, e

o limite máximo a que se refere o caput deste artigo, multiplicada pelo fator de conversão”.

Para orientar os magistrados sobre as mudanças na Previdência estadual, a Amagis, em parceria com a AMMP, promoveu, no dia 17 de junho, uma live sobre a migração com o advogado Nazário Nicolau, do escritório Brito Campos. [Leia mais na página 5.](#)



Alberto Diniz defende pontos do projeto em reunião na ALMG

Live esclarece dúvidas sobre benefício de migração

Amagis e AMMP promoveram transmissão ao vivo para associados

Com a tramitação do Projeto de Lei Complementar (PLC) 60/21, que institui a Previdência Complementar de servidores públicos e cria benefício para a migração de regime, a Amagis e a AMMP promoveram, no dia 17 de maio, uma live sobre o tema com o advogado Nazário Nicolau, especialista em Direito Previdenciário.

De acordo com o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, a live teve como objetivo esclarecer aos associados sobre os principais pontos do projeto, a fim de que os associados possam avaliar se optam ou não pela migração. “É importante que todos os colegas da Magistratura e do Ministério Público estejam bem orientados para tomar a melhor decisão. A Associação está sempre trabalhando pelos direitos dos associados e levando informação de qualidade”, disse.

O presidente da AMMP, Enéias Xavier, ressaltou a importância do encontro virtual, uma vez que existe a possibilidade de o Projeto de Lei ser aprovado, beneficiando uma parcela considerável dos membros do Ministério Público e da Magistratura. Xavier também



Nazário Nicolau, Alberto Diniz e Enéias Xavier

falou sobre o empenho das Associações para a inclusão da previsão da migração na Reforma da Previdência estadual e destacou a atuação do presidente Alberto Diniz.

“Não é o líder do WhatsApp. É o líder da vida como ela é. Aquele que vai na Assembleia, luta, aparece, se desgasta e dá a cara a tapa. Se estamos aqui hoje, devemos muito a todas as entidades, mas tenho que fazer esse registro a você [Alberto] que abriu muitas portas na Assembleia para estarmos aqui”, afirmou o presidente da AMMP.

Ao apresentar o tema, Nazário Nicolau abordou questões como a previsão constitucional da migração, o teto do regime geral de Previ-

dência e a incidência tributária. O advogado ressaltou que, após migrar para o regime de Previdência Complementar, passados os 90 primeiros dias, o servidor não poderá voltar atrás na decisão.

“A migração será opcional. A ideia é abrir um leque para que o servidor possa ter outra forma de trato, lembrando que a opção pela migração é irrevogável, ou seja, quem escolher migrar não poderá voltar atrás”, adiantou Nazário Nicolau.

ORIENTAÇÕES

Desde o início da tramitação da reforma da Previdência estadual, hoje Lei Complementar 156/2020, a Amagis realizou uma série de

iniciativas como palestras e lives para esclarecer aos associados sobre o tema. Entre essas ações, estão as consultorias jurídicas, com o advogado Nazário Nicolau, que têm recebido a aprovação dos associados.

A qualidade do serviço prestado é um dos pontos que chama a atenção dos magistrados, como observou o juiz Fábio Torres de Sousa, da Comarca de Belo Horizonte. “A expectativa foi suplantada com o conhecimento e facilidade no diálogo do profissional, superando minhas expectativas. Atendimento de maneira funcional e prática. Só tenho a elogiar a iniciativa da Amagis”, comentou.

A juíza Cinthia Faria Honório Delgado, da Comarca de Ubá, destacou a agilidade no atendimento e a objetividade do advogado em esclarecer suas dúvidas. “Achei excelente a iniciativa da Amagis em oferecer essa assessoria com uma pessoa extremamente capacitada e com agilidade e clareza, esclarecendo todas as minhas dúvidas de forma ímpar. Que bom contar com esse serviço da nossa Associação”, afirmou.●

CLIQUE
AQUI E
ASSISTA
À LIVE



“A Amagis está de parabéns com essa iniciativa (consultorias). O trabalho oferecido foi excepcional, com um profissional qualificada para nos dar essa assessoria. Sugiro aos colegas que procurem a Associação para utilizar esse serviço”
Juiz Flávio Schmidt, da Comarca de Muzambinho



PL sobre assessores de juiz avança na Assembleia de Minas

Criação dos cargos traz melhoria na prestação jurisdicional

Aprovado no dia 21 de junho pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), o Projeto de Lei (PL) 2308/2020, que prevê a criação de 170 cargos de assessor de juiz, em recrutamento amplo, foi encaminhado para apreciação do plenário da casa.

Com a expectativa de votação do projeto, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, e a Diretoria da Associação irão intensificar a interlocução com os parlamentares, a fim de que o projeto seja aprovado tão logo levado à votação.

Desde a aprovação da proposta pelo Órgão Especial do TJMG e entrega do projeto pelo presidente do Tribunal, desembargador Gilson Lemes, ao presidente da ALMG, deputado Agostinho Patrus, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, tem feito gestões junto aos parlamentares para demonstrar que a aprovação da matéria terá como consequência melhorias na prestação jurisdicional.

Segundo o presidente da Associação, a criação dos cargos de assessor é também uma forma de valorização dos magistrados que atuam no primei-

LUIZ SANTANA/ALMG



Comissão debate PL 2308/2020 na Assembleia

ro grau de jurisdição, pois representa melhorias nas condições de trabalho. “A valorização da classe é o eixo central do associativismo mineiro, que, por meio do diálogo, tem obtido importantes conquistas para a Magistratura”, reforçou Alberto Diniz.

Na justificativa do projeto, o TJMG sustentou: “a atuação desse profissional, em colaboração com os magistrados de primeira instância, contribui para um melhor desempenho do fluxo de trabalho da unidade judiciária e para a agilidade do servi-

ço, além de haver, entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado, uma relação de confiança, em razão de a natureza do cargo ser de livre nomeação e exoneração”.

O projeto também prevê a criação de 40 cargos de Assessor Judiciário, dos quais 30 são de recrutamento amplo e dez de recrutamento limitado, e de mais 20 cargos de Assistente Judiciário [recrutamento amplo], destinados ao atendimento dos gabinetes dos desembargadores que irão integrar as duas câmaras que o TJMG pretende instalar.●

COMUNICADO

Caros(as) colegas,

A Diretoria da Amagis decidiu pela não realização do Encontro de Congraçamento da Magistratura neste ano de 2021 em função da pandemia. Mesmo que o encontro seja realizado tradicionalmente apenas em dezembro, um evento desse porte precisa ser organizado com muita antecedência. Esperamos que a pandemia já tenha arrefecido até lá, porém, como ainda não temos um cenário claro de como a situação sanitária estará no fim do ano, a decisão mais segura para todos é suspender a realização neste ano, como aconteceu em 2020. Esperamos que, em 2022, seja possível a retomada da realização do Encontro de Congraçamento para que possamos, presencialmente, reafirmar nossa união e integração associativa.

Atenciosamente,
Diretoria da Amagis

Amagis quer valorização da 1ª instância no orçamento do TJ

Planejamento estratégico do Tribunal foi discutido na reunião

O desembargador Maurício Pinto Ferreira representou a Amagis, no dia 7 de junho, durante a reunião do Comitê Gestor Regional e Comitês Orçamentários de 1º e 2º Grau do Poder Judiciário mineiro, na qual foram discutidos a execução orçamentária do TJMG (exercícios fiscais 2020 e 2021), e Planejamento Estratégico Institucional do Tribunal, ciclo 2021/2026. O magistrado participou do encontro virtual por indicação do presidente da

Amagis, desembargador Alberto Diniz.

De acordo com o presidente Alberto Diniz, a Amagis toma parte das reuniões com o objetivo de promover avanços na valorização da classe, particularmente para a Magistratura que atua no primeiro grau de jurisdição. Entre os pontos observados pela Associação, estão os cargos de comissão e de funções de confiança.

Segundo o desembargador Maurício Pinto Ferreira, a Amagis está acompanhando



Exercícios fiscais de 2020 e 2021 foram discutidos na reunião

de perto a execução orçamentária, bem como os projetos que o TJMG pretende desenvolver para os próximos

anos "A nossa Associação trabalha diuturnamente em prol dos interesses dos magistrados mineiros", afirmou. ●

PURIFICADOR MAXFILTER



O primeiro do Brasil com água gelada na tecnologia do ozônio e água alcalina.

MELHOR QUALIDADE E MILHÕES DE BACTÉRIAS A MENOS:

- ✓ Alcalinização da água, elevando seu PH
- ✓ Inativação de bactérias mais forte e mais rápido que o cloro
- ✓ Auxilia no combate à queimadura, refluxo, cálculo renal, enxaqueca, intestino preso e outros
- ✓ Mata a superbactéria KPC em áreas hospitalares
- ✓ Super-hidratação e antioxidante
- ✓ Auxilia no tratamento e prevenção do câncer
- ✓ Combate os radicais livres
- ✓ Trata mais de 200 tipos de enfermidades



MAXFILTER[®]
BRASIL

SAC: 0800 283 2552

☎ 31 3536 2500

☎ 31 9 9818 8048

www.maxfilterbrasil.com.br

Amagis homenageia direção do TJ por 1º ano de gestão

Associação ressaltou a importância do diálogo com o Tribunal

Em encontro com o presidente do TJMG, Gilson Soares Lemes, realizado no dia 1º de julho, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, saudou a direção do Tribunal pelo seu primeiro ano de gestão.

O presidente da Amagis reafirmou a importância do diálogo permanente com o presidente e a direção do Tribunal em favor de melhorias nas condições de trabalho dos magistrados, em especial da 1ª instância. “Foram 365 dias de muita determinação, criatividade, comprometimento e eficiência para gerenciar o segundo maior Tribunal do País numa realidade agravada pela crise sanitária. Em meio a esse desafio histórico, tem sido uma gestão, como é da tradição do Judiciário mineiro, que reconhece e valoriza a dedicação e a qualidade dos magistrados e servidores”, afirmou Alberto Diniz que divulgou nota pública saudando a direção do TJMG.

O presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, comentou o desafio assumido no início de seu mandato, em julho de 2020, quando a pandemia completava quatro meses. “Tínhamos consciência do tamanho do desafio que assumíamos, mas não imaginávamos quão enriquecedora seria essa jornada. A aprendizagem tem sido grande e diária. Ao lado dos demais membros da alta administração, temos compreendido uma trajetória de muito trabalho, sempre com muito entusiasmo e o desejo de fazer mais e melhor”, disse.

MIRNA DE MOURA/TJMG



Alberto Diniz cumprimentou Gilson Lemes pelo primeiro ano de gestão

Para marcar seu primeiro ano de gestão, a direção do TJMG realizou uma reunião de balanço entre os dirigentes do Tribunal e o arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, Dom Walmor Oliveira de Azevedo, celebrou Missa de Ação de Graça na Igreja Nossa Senhora de Fátima, que estende também aos próximos doze meses de trabalho da direção do TJ.

Entre as iniciativas inovadoras do TJMG está o Programa Justiça Eficiente [Projef], lançado pela Presidência do Tribunal nos primeiros meses de gestão. O programa abrange 15 grandes ações estratégicas, que, juntas, pretendem contribuir para o aperfeiçoamento do Judiciário mineiro, assegurando a razoável duração dos processos e dando mais celeridade à tramitação dos feitos.●



Amagis homenageia um ano de profícua gestão do presidente Gilson Lemes

Em nome de toda a Magistratura Mineira, a Diretoria da Associação dos Magistrados Mineiros saúda, parabeniza e celebra o primeiro ano de profícua gestão do presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Gilson Lemes Soares, e de toda a sua Diretoria.

Foram 365 dias de muita determinação, criatividade, comprometimento e eficiência para gerenciar o segundo maior Tribunal do País numa realidade agravada pela crise sanitária. Em meio a esse desafio histórico, tem sido uma gestão, como é da tradição do Judiciário mineiro, que reconhece e valoriza a dedicação e a qualidade dos magistrados e servidores.

No mesmo período, a parceria do TJMG com a Amagis foi de intenso diálogo e de reconhecimento às demandas da Magistratura, em especial da 1ª Instância, de modo a garantir as melhores condições de trabalho e de segurança nas Comarcas mineiras e no aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

Belo Horizonte, 1º de julho de 2021

Desembargador Alberto Diniz
Presidente da Amagis

Nota da Amagis saudando a direção do TJ

Novo presidente do TRE aponta desafios da Justiça Eleitoral

Direção recém-empossada irá preparar as eleições gerais de 2022

Em solenidade virtual realizada no dia 18 de junho, devido à pandemia de Covid-19, o desembargador Marcos Lincoln dos Santos tomou posse na Presidência do TRE-MG e o desembargador Maurício Soares assumiu a vice-Presidência e a Corregedoria Regional Eleitoral do Tribunal.

Empossado, o novo presidente do TRE-MG comentou sobre os efeitos da pandemia no País, que não só impedem a realização de solenidades presenciais, mas, principalmente, de acordo com ele, têm reflexos na vida pessoal, social, profissional, sanitária, financeira, econômica e política, afetando a todos os brasileiros.

Em um contexto marcado pela polarização política, o desembargador Marcos Lincoln também manifestou sua preocupação com os desafios que a Justiça Eleitoral tem pela frente, como a possibilidade de impressão do voto eletrônico, a reforma eleitoral e política, as fake news, regras mais claras para propaganda eleitoral na pré-campanha, antecipação dos registros de candidaturas e necessidade de simplificação das prestações de contas de campanha.

Marcos Lincoln ainda apontou as propostas de redução do número de candidaturas permitidas por partidos políticos, candidaturas avulsas, voto distrital, incentivo à participação feminina, e fortalecimento dos partidos políticos por meio da partilha do fundo eleitoral.

Diante desses desafios, o novo presidente do TRE-MG definiu como objeti-



Desembargadores Marcos Lincoln e Maurício Soares tomaram posse

vos de sua gestão buscar agilidade nos processos judiciais e administrativos, estimular encontros de trabalho e de capacitação mais frequentes entre juízes e servidores, melhorar e intensificar a comunicação do Tribunal com os juízes eleitorais e cartórios, ampliar o monitoramento das informações estratégicas da Justiça Eleitoral mineira e fortalecer a integração entre a Presidência do TRE-MG, a Corregedoria Eleitoral e os juízes eleitorais.

O magistrado fez questão de exaltar a seriedade e competência da Justiça Eleitoral Mineira, materializada no trabalho de 320 magistrados, 2.330 servidores e servidoras, 200 estagiários e terceirizados contratados na capital e interior.

O magistrado agradeceu

o apoio de seu antecessor, desembargador Alexandre Victor de Carvalho, de quem foi vice-presidente. “Tenho ciência e consciência de que não será fácil suceder o presidente Alexandre Carvalho, pelos relevantes serviços prestados à Justiça Eleitoral e pela generosidade, companheirismo, entrosamento e amizade que mantivemos neste ano”, comentou.

Ao saudar o vice-presidente do TRE-MG e Corregedor Eleitoral, desembargador Maurício Soares, o desembargador Marcos Lincoln exaltou a trajetória do magistrado, que foi ex-presidente da Amagis. “Exercerá de forma exemplar o seu mandato e comandará esta Corte de maneira irreprensível, na realização das Eleições 2022”, afirmou.

Por fim, Marcos Lincoln

manifestou sua gratidão aos participantes da solenidade virtual e à sua família. “Pessoas que foram e continuarão sendo uma base sólida para que eu continue cumprindo o compromisso assumido de bem servir à Justiça Eleitoral de Minas Gerais e do Brasil”, afirmou.

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, que participou da cerimônia, ressaltou a gestão exitosa do ex-presidente do TRE-MG, desembargador Alexandre Victor de Carvalho, e desejou sucesso aos novos dirigentes. “Com suas trajetória e capacidade, os desembargadores Marcos Lincoln e Maurício Soares, como magistrados vocacionados e gestores, manterão a Justiça Eleitoral mineira como referência nacional”, disse. ●

Presidente do TJMG empossa dois novos desembargadores

Magistrados foram promovidos pelo Órgão Especial

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, participou, no dia 10 de junho, da posse dos magistrados Guilherme de Azeredo Passos e Ricardo Cavalcante Motta no cargo de desembargador do TJMG.

Ao empossar os novos desembargadores, o presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, ressaltou que eles têm uma trajetória marcada pela competência, integridade e operosidade.

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, cumprimentou os magistrados pela promoção e saudou o fato de o Tribunal ser fortalecido com a posse dos novos desembargadores. "Ao assumir essa nova missão na carreira, os colegas irão, sem dúvidas, engrandecer o Judiciário Mineiro", afirmou.

CONVOCADO

No dia 31 de maio, o juiz João Rodrigues dos Santos Neto também tomou posse como desembargador convocado do TJMG, em solenidade conduzida pelo presidente do Tribunal, desembargador Gilson Lemes, da qual participou o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz.

Santos Neto passou a integrar a 9ª Câmara Cível do TJ, assumindo a vaga do desembargador Márcio Idalmo Santos Miranda, que hoje compõe a turma julgadora da 1ª Câmara Cível do Tribunal. ●

AMAGIS



Ricardo Motta, Alberto Diniz e Guilherme Passos

CECÍLIA PEDERZOLI/TJMG



Alberto Diniz, João Rodrigues e Márcia Rodrigues

Desembargador é homenageado em live

José Fernandes Filho foi precursor dos Juizados Especiais

A Academia de Ciências e Letras de Conselheiro Lafayette promoveu, no dia 29 de maio, com o apoio da Amagis, a live 'Diálogos Jurídicos - Juizados Especiais', em homenagem ao desembargador José Fernandes Filho, ex-presidente do TJMG e presidente do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Minas Gerais.

O evento foi mediado pela desembargadora Vanessa Verdolim, que destacou as contribuições do homenageado para o Judiciário. "Ícone para a

Magistratura pelo que representa para o Judiciário, por suas realizações, como a criação e instalação dos Juizados Especiais em Minas Gerais", disse.

O vice-presidente Sociocultural-Esportivo da Amagis, juiz Jorge Paulo dos Santos, que representou o presidente da Associação, desembargador Alberto Diniz, ressaltou o caráter conciliador do desembargador. "José Fernandes Filho é notável em tudo o que faz. Um homem de letras, que veio da educação e, por isso mesmo, tem essa visão marcante de solucionar

REPRODUÇÃO



Live da Academia de Ciências e Letras de Conselheiro Lafayette

conflitos", afirmou.

Surpreso com a homenagem, o desembargador José Fernandes Filho falou sobre a emoção com a

deferência recebida. "Além da homenagem, há algo muito importante para nós que são os Juizados Especiais", comentou. ●

Amagis integra homenagem ao presidente do Senado

Alberto Diniz ainda participou de ato em favor do presidente do TSE

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, participou, no dia 7 de junho, da homenagem do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) ao presidente do Senado, senador mineiro Rodrigo Pacheco.

A placa reverencial foi entregue pelo procurador-geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior, e pelo procurador Gustavo Balsamão. A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) também prestou homenagem ao parlamentar. O presidente do TJMG, desembargador Gilson Lemes, e o presidente da AMMP, Enéias Xavier Gomes, participaram da homenagem.

O presidente Alberto Diniz observou, que, apesar de jovem, o senador Rodrigo Pacheco preserva as tradições dos políticos mineiros como a discrição, o bom diálogo e a vocação para a conciliação na resolução dos conflitos sociais.

A solenidade também contou com a presença do governador Romeu Zema, do senador Antonio Anastasia e do presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), deputado Agostinho Patrus.



Presidente Alberto Diniz com o senador Rodrigo Pacheco

TRE-MG

No dia 31 de maio, o presidente da Amagis participou da outorga da Medalha do Mérito Eleitoral Desembargador Vaz de Mello ao ministro Luís Roberto Barroso, presidente do TSE. A honraria foi entregue pelo TRE-MG em solenidade virtual.

De acordo com o então presidente do TRE-MG, desem-

bargador Alexandre Victor de Carvalho, o ministro Barroso, com seu esforço e dedicação à Justiça Eleitoral brasileira, confere ainda mais prestígio à medalha. A escolha do ministro foi feita a partir da indicação do ex-presidente do TRE-MG, desembargador Rogério Medeiros. ●

Pleno do TJ elege magistrados para a Corte Eleitoral

Desembargadores definiram a lista tríplice na classe jurista

O Tribunal Pleno do TJMG elegeu, no dia 14 de junho, três magistrados para atuarem no TRE-MG. Os integrantes do Pleno também definiram a lista tríplice na classe jurista, que será encaminhada ao TSE e, posteriormente, ao presidente da República, Jair Bolsonaro, que fará a nomeação para a Corte Eleitoral mineira.

O desembargador Ramom Tácio foi eleito para o cargo de desembargador substituto do

TRE-MG, e os juízes Marcelo Paulo Salgado e Adilon Cláver de Resende foram escolhidos, respectivamente, para os cargos de juiz efetivo e juiz substituto do Tribunal eleitoral. Marcelo Salgado e Ramom Tácio tomaram posse em 16 e 28 de junho, na devida ordem.

Os advogados indicados para a lista tríplice na classe jurista foram Marcelo Vaz Bueno, Vinícius Diniz Monteiro de Barros e André Myssior. ●



Ramom Tácio, Marcelo Salgado e Adilon de Resende

Associação debate dificuldades do PJe com magistrados

Amagis e TJ promoveram live para esclarecer dúvidas dos juízes

POR GEORGIA BAÇAVAROFF

A Amagis realizou uma live juntamente com o TJMG para falar sobre o Processo Judicial Eletrônico, implantado pelo TJMG nas 297 comarcas mineiras. A live foi realizada no dia 14 de junho e está disponível no canal da Amagis no YouTube. Em âmbito criminal, o PJe começou a ser implantado no ano passado.

O encontro virtual foi uma solicitação da Amagis ao Tribunal, feita pelo presidente da Associação, desembargador Alberto Diniz, e reuniu magistrados e a equipe técnica do Tribunal de Justiça para conversar sobre o PJe e as dificuldades que magistrados e servidores têm enfrentado na utilização do sistema.

O tema abordado, de acordo com o presidente Alberto Diniz, foi muito pertinente, uma vez que ele tem sido motivo de preocupação entre magistrados e servidores. “A live foi uma oportunidade para os colegas questionarem e tirarem dúvidas sobre o PJe diretamente com o Tribunal e a sua equipe técnica”, disse Alberto Diniz.

As manifestações mais constantes que o Tribunal recebe sobre o PJe, de magistrados e servidores, referem-se às dificuldades de acesso ao sistema e falta de fluidez durante o uso. Durante a live, magistrados participantes e também aqueles que assistiam ao encontro destacaram isso e o travamento do sistema como dois dos principais problemas enfrentados.

ALTA DEMANDA

O juiz Delvan Barcelos Júnior, auxiliar da Presidência do TJMG e coordenador da Diretoria Executiva de Informática do Tribunal, participou do encontro e reforçou o empenho dos magistrados e servidores na sensibilidade e compreensão do momento pelo qual todos estão passando com a pandemia que, segundo ele, afeta muito a área da informática. Ele ressaltou que muitos estão tendo que trabalhar fora do horário normal de expediente e têm reportado ao departamento de TI os problemas do PJe. Segundo Delvan Barcelos, essa



troca de experiências ajuda na busca pela solução dos problemas.

Com o apoio de servidores da área de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça, o juiz Delvan falou sobre alguns motivos pelos quais acontecem, na maioria das vezes, as dificuldades que comprometem o trabalho no Judiciário. O principal deles é a alta demanda. “Falar dos problemas do PJe seria dispensável porque todos nós estamos vivendo isso atualmente. Sabemos das cobranças por decisões, pelo andamento dos processos e das medidas urgentes que precisam ser tomadas, enquanto o sistema tem apresentado lentidão e travamento. Isso é uma consequência direta do aumento exponencial de uso do PJe. Só na primeira semana de junho, entre processos virtualizados e processos novos distribuídos, alcançamos a marca de 24 mil processos”, relatou o magistrado.

De acordo com ele, o PJe não funciona isoladamente, mas faz parte de uma série de programas utilizados pelo Tribunal, vários deles que já existiam quando o PJe chegou. “Todos esses programas são importantes para o

funcionamento do PJe”, disse.

O magistrado apontou ainda que a rede é muito complexa e exige um funcionamento e uma configuração apropriada para que tudo corra bem. “Infelizmente, temos verificado, nos últimos tempos, que algumas requisições e consultas no PJe estão sendo feitas de forma massiva. E isso tem acarretado o travamento dos servidores de aplicação, que são utilizados para o funcionamento do sistema”, afirmou Barcelos.

As consultas chamadas de massivas são aquelas realizadas com a utilização de robôs. “São centenas ou milhares de consultas dentro de um mesmo espaço de tempo. Quando isso acontece, os servidores vão colocando as consultas numa fila. Os chamados robôs vão, então, competindo com o usuário comum, e isso trava o sistema”, justificou o juiz auxiliar da Presidência.

MANUTENÇÃO

Uma mensagem geralmente aparece para os usuários do sistema, informando que o PJe passará por uma manutenção emergencial. Delvan

“A palavra é **persistência e compreensão** neste momento de **instabilidade do PJe**”
Agostinho de Azevedo, corregedor-geral de Justiça

Barcelos esclareceu que essa mensagem significa, exatamente, que todas as máquinas que garantem o funcionamento do PJe chegaram ao limite, por ocasião do alto número de requisições, e travaram. “Quando aparece essa mensagem, significa que é preciso reiniciar todo o sistema para que o PJe volte a fluir. E isso é feito automaticamente de modo que o sistema volte a permitir o tráfego de dados e informações”, detalhou.

Para tentar minimizar e solucionar

a questão, o magistrado adiantou que foi implementado o captcha, no intuito de evitar o uso de robô pelos usuários externos. “Toda a equipe da área de tecnologia da informação do TJ tem trabalhado diuturnamente para solucionar os problemas relatados, em conjunto com a área técnica do CNJ”, informou Delvan Barcelos.

Os servidores de TI afirmaram, durante a live, que uma equipe do CNJ esteve no Tribunal para verificar os problemas e confirmaram que todas as providências possíveis foram tomadas pela equipe técnica do Judiciário mineiro. “O nosso Tribunal é o maior usuário de PJe do País e, portanto, os problemas enfrentados aqui refletem também em outros tribunais”, disse o juiz Delvan. Segundo ele, uma empresa está sendo contratada para dar apoio de forma emergencial e fazer uma revisão geral de todas as funcionalidades do PJe, sua estrutura, consultas, etc. O objetivo é encontrar uma solução para os problemas e fazer com que o sistema volte a funcionar de forma eficiente.

EXPANSÃO

Durante a live, magistrados sugeriram a pausa da expansão do PJe Criminal, na tentativa de minimizar os problemas do PJe. Para eles, por ocasião dos problemas que o sistema vem apresentando, não seria ideal que ele fosse expandido. Delvan Barcelos argumentou que foram feitos testes sobre isso e seria inútil parar a expansão, uma vez que ela não é a causa do problema. “O PJe

criminal está se iniciando de forma lenta, e ainda não temos a virtualização dos processos físicos de forma significativa. Ela não é a causa do problema. A grande dificuldade é o comportamento intermitente e anormal do sistema”, disse. Ainda segundo o magistrado, a pausa da virtualização também foi testada como forma de encontrar e solucionar o problema. “Suspendemos a virtualização por algum período, e o PJe continuou apresentando problemas de lentidão e travamento”.

CORREGEDORIA

Outra preocupação dos magistrados e servidores presentes na live se referia às metas que são necessárias no trabalho no Judiciário. Por ocasião da lentidão e do travamento constantes do PJe, o trabalho fica diretamente prejudicado, uma vez que diversas vezes, como relatado pelos usuários do sistema, os trabalhos não são concluídos a tempo. Presente na live, o corregedor-geral de Justiça, desembargador Agostinho Gomes de Azevedo, reafirmou que a Corregedoria é parceira dos magistrados e dos servidores e destacou que a inconsistência do sistema do PJe tem sido levada em consideração por toda a equipe da Corregedoria de Justiça. “O jurisdicionado não pode ser prejudicado mais do que já tem sido em decorrência da pandemia. Agora, a palavra é persistência e compreensão neste momento de instabilidade do PJe”, afirmou o corregedor.

O superintendente Administrativo Adjunto do TJMG, desembargador José Arthur Filho, também participou da live e agradeceu ao desembargador Alberto Diniz pela oportunidade de debater o tema com os magistrados. “Os proble-

mas no sistema realmente afetam a todos nós. O que ocorre é parecido com o que ocorre com a rede pública de saúde, que foi concebida para um volume x de atendimentos e, com a pandemia, teve de atender a uma demanda muito maior, o que compromete o sistema. É mais ou menos o que tem acontecido no PJe”, disse o magistrado, destacando a importância da união de todos no enfrentamento dos problemas.

PJE

Desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com os tribunais para a modernização do Judiciário, o PJe foi implantado pelo TJMG na Primeira Instância em 2012, e foi expandido de forma gradativa. Atualmente, o sistema eletrônico encontra-se implantado nas 297 comarcas mineiras, em todas as Varas Cíveis, Juizados Especiais, Turmas Recursais e de Fazendas Públicas. Na Infância e Juventude, o PJe está implantado nas comarcas do Aviso 30/CGJ/2020 e 50/CGJ/2020. Em âmbito criminal, a implantação começou no ano passado.

O sistema eletrônico permite a prática e o acompanhamento do ato processual em meio eletrônico, independentemente de tramitar na Justiça Federal, dos Estados, Militar ou na Justiça do Trabalho.

A implantação do PJe no âmbito Criminal iniciou-se em março de 2020 na Central de Recepção de Flagrantes da Comarca de Belo Horizonte - CEFLAG, para a Comunicação de Prisão em Flagrante Delito - CPFD originária da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. A partir de então, o PJe foi expandido para as Comunicações de Prisão em Flagrante Delito na Comarca de Contagem em maio de 2020 e, no mês de junho do mesmo ano, para 38 comarcas relacionadas na Portaria Conjunta Nº 17/PR/TJMG/2020 e nos Avisos Nº29 e Nº34/CGJ/2020. Como

experiência piloto, o PJe está implantado na 2ª Vara Criminal de Belo Horizonte, nos feitos com denúncia oferecida de Classe Ação Penal - Procedimento Ordinário, conforme Portaria Nº 6.431/CGJ/2020.●

“A live foi uma oportunidade para os colegas questionarem e tirarem dúvidas sobre o PJe diretamente com o Tribunal e a sua equipe técnica”

**Alberto Diniz,
presidente da Amagis**

“Toda a equipe da área de tecnologia da informação do TJ tem trabalhado diuturnamente para solucionar os problemas”
Juiz Delvan Barcelos

CLIQUE
AQUI E
ASSISTA
À LIVE



ESPECIALISTA EM LEILÕES JUDICIAIS

Leiloeiros devidamente cadastrados
no sistema AJG
Resolução 882/2018 artigo 18
(indicação direta)



MGL.com.br

Contrate nossos serviços:

0800 242 2218

37 9 9827 5613

indicacao@mgl.com.br



GRUPOCRÉDITO

Nossas especializações:

Administração Judicial/Falência

Inventariante Judicial

Avaliação de Imóveis

Depósito de Bens

Atuante em inúmeras cidades

PANDEMIA E GESTÃO PÚBLICA

Passada a perplexidade, a orientação científica sempre foi o caminho a ser seguido

NELSON MISSIAS DE MORAIS*

O agravamento das consequências da pandemia no Brasil, incluindo Minas Gerais, deixou evidente para nossa população a indispensabilidade de contarmos com gestores públicos comprometidos em primeiro lugar com os interesses e necessidades da população, para muito além de eventuais compromissos ideológicos ou de protagonismo.

Já não há dúvidas de que os escabrosos resultados de agora – acima da imoral cifra de meio milhão de mortes em todo o País – seriam mitigados significativamente, se não tivessem ocorrido tantos e tão graves erros de condução desde o início da pandemia. É certo que a pandemia da Covid 19 surpreendeu a todos em

mos com a equipe de direção, ouvimos nossos profissionais da área de saúde e optamos pelo caminho que nos pareceu adequado, mesmo nos submetendo a críticas e desconfianças: suspender as atividades presenciais no limite do possível, de modo a preservar vidas.

Resumi meu pensamento e sentimento a respeito ao participar de uma aula virtual com a Monja Cohen, lembrando Fernando Pessoa: “A atitude intelectual digna de uma pessoa superior é a de uma calma e fria compaixão por tudo quanto não é ele próprio. Não que essa atitude tenha o mínimo cunho de justa e verdadeira; mas é tão invejável que é preciso tê-la”. A aula foi proferida para jovens magistrados, já em plena pandemia, e na ocasião eu exortei os

manentemente submetidos, quer as de ordem política, quer as de natureza econômica ou de qualquer outra origem. Tais erros – se é que se podem ser chamados assim – são inteiramente assimiláveis, ainda que nem sempre desculpáveis.

O que não se pode admitir no gestor público, todavia, é o direcionamento equivocado de decisões, por força de compromissos ideológicos mal disfarçados ou pela ânsia de um protagonismo midiático, ainda que efêmero, tão em voga na era das redes sociais.

Longe de mim pretender ser paradigma de comportamento ou tutelar gestões, mas a angústia que temos vivido em nossos lares com a sucessão de notícias desoladoras de mortes de familiares e amigos me levou a tornar públicas tais reflexões. Meu desejo é que elas não sejam vistas como mero desabafo, mas como alerta de alguém que tem responsabilidades públicas e está inconformado com tantas perdas humanas em tão pouco tempo, sabendo que muitas delas poderiam ter sido evitadas.

A pandemia não está no fim, embo-

“O QUE NÃO SE PODE ADMITIR NO GESTOR PÚBLICO, TODAVIA, É O DIRECIONAMENTO EQUIVOCADO DE DECISÕES, POR FORÇA DE COMPROMISSOS IDEOLÓGICOS MAL DISFARÇADOS OU PELA ÂNSIA DE UM PROTAGONISMO MIDIÁTICO, AINDA QUE EFÊMERO, TÃO EM VOGA NA ERA DAS REDES SOCIAIS”

seu início, incluindo a Ciência, e houve momentos de perplexidade e de indefinições. Mas passado esse primeiro impacto, logo foi possível delinear que o caminho a seguir era a indicação científica e a meta exclusiva deveria ser a de preservar vidas.

Lembro-me que estava à frente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), em março de 2020, e também sofremos com a perplexidade e a indefinição iniciais. Mas logo nos reuni-

novos juízes a “exercer nossa jurisdição com sensibilidade e compaixão”.

Sensibilidade e compaixão. Foram as senhas que nos guiaram e nos induziram a tomar decisões seguindo a ciência, priorizando a vida e ignorando eventuais discordâncias de ordem ideológica ou de qualquer outra ordem.

Gestores erram, é claro; gestores públicos talvez estejam sujeitos a erros maiores e mais frequentes, pela diversidade das pressões a que estão per-

ra já comecem a surgir indicadores de melhora ou, pelo menos, de estabilidade e, portanto, é tempo ainda para que nossos gestores públicos, em todos os níveis e poderes, se compenetrem sempre mais da missão que lhes cabe, que é a de preservar vidas. Nessa hora, sensibilidade e compaixão dizem muito mais do que ideologia e protagonismo..●

[*] Desembargador, ex-presidente do TJMG e da Amagis

Abertas inscrições para férias nas colônias da Amagis

Uso das unidades está condicionado às normas dos municípios

Os associados interessados em hospedar-se nas colônias de férias da Amagis, durante a alta temporada de férias (dezembro de 2021 a janeiro de 2022), têm até 20 de agosto para fazer sua inscrição e participar do sorteio que será realizado no dia 26 do mesmo mês.

A Associação dispõe de cinco unidades, com diferentes atrativos, seja no litoral ou em cidades conhecidas por suas águas termais. Caldas Novas, por exemplo, é famosa por seus parques aquáticos, com águas aquecidas, que atraem turistas de todo o País. Caxambu também atrai turistas pelas propriedades curativas de suas fontes termais e pela passagem da família real na cidade.

No litoral, uma das colônias é a de Ubatuba, que além de belas praias oferece atrativos turísticos como o Projeto Tamar e passeios no Parque Estadual da Serra do Mar. Em Nova Viçosa, os visitantes podem conhecer o Parque Nacional de

DIVULGAÇÃO



Baleias jubarte reproduzem em Abrolhos, próximo a Nova Viçosa

Abrolhos. Já em Cabo Frio, sétima cidade mais antiga do País, o clima litorâneo mistura-se com a história do Brasil.

As inscrições para vagas nas colônias de férias da Amagis podem ser

feitas pelo telefone (31) 3079-3459 ou pelo e-mail cacia@amagis.com.br. O Departamento de Administração, Colônia de Férias e Patrimônio [Deacap] tem acompanhado diariamente os diários oficiais dos muni-

cípios nos quais as colônias da Amagis estão instaladas e, por causa da pandemia do Covid-19, o funcionamento das unidades está condicionado às normas das autoridades sanitárias de cada localidade.●

Sinal vermelho contra a violência doméstica

Juíza Vilma Lúcia Gonçalves Carneiro, da Comarca de Ubá

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

TJMG Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

AMB Associação dos Magistrados Brasileiros

AMAGIS ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

Valéria Rodrigues, desembargadora



ROBERT LEAL/TJMG

Nos últimos dois anos, a exploração sexual infantil nas rodovias federais aumentou 90%. De acordo com a desembargadora Valéria Rodrigues, superintendente da Coordenadoria da Infância e Juventude [Coinj] do TJMG e integrante do Fórum Nacional da Infância e da Juventude do CNJ, essa triste realidade é retrato da pobreza do Brasil. Para a magistrada, o investimento na educação pode contribuir para mudar esse quadro no País.

O aumento de 90% da exploração sexual infantil, em dois anos, tem relação com a pandemia?

Os resultados da pesquisa realizada pela Organização Não Governamental Childhood Brasil em parceria com a Polícia Rodoviária Federal são assustadores. Atualmente, aproximadamente 500 mil crianças são exploradas sexualmente nas rodovias brasileiras. Não estamos diante de um fato novo. Portanto, não podemos atribuir esse quadro à pandemia, por mais que ela agrave a situação. A exploração sexual infantil é retrato da pobreza do País, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, onde a vulnerabilidade econômica enorme leva as famílias promoverem a prostituição de suas próprias crianças.

Quais os efeitos da pandemia em relação ao abuso sexual?

Com a permanência da família reunida em casa, a pandemia contribui para o aumento da violência doméstica. Com relação às crianças e adolescentes, ela teve como uma das consequências o aumento do abuso sexual por entes da própria família, como avô, pai e padrasto.

O fechamento das escolas tornou essas crianças mais vulneráveis?

Geralmente, as crianças exploradas no trabalho infantil ou sexualmente estão fora das escolas. Se elas estivessem na sala de aula, tivessem tido a oportunidade de estudo e houvesse uma fiscalização mais rigorosa do município, que é o responsável pela garantia dos direitos da criança e do adolescente, essas crianças poderiam estar menos vulneráveis. Com investimento na educação, esses números de exploração contra as crianças e adolescentes não seriam tão altos. Hoje, o Brasil está no segundo lugar de exploração sexual infantil, só perdendo para a Tailândia.

Como a Coinj se articula para promover ações contra a vulnerabilidade?

Sozinhos não conseguimos fazer nada. Por isso, a

Coinj conta com uma rede de apoio da qual fazem parte o Governo de Minas, prefeituras municipais, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar, que atuam de maneira integrada. Em Minas Gerais, além de mapear locais em que ocorre a exploração, esse comitê interinstitucional promove programas educativos voltados para crianças e adolescentes, com o objetivo de tirá-los da situação de vulnerabilidade em que se encontram.

Como o Judiciário mineiro poderá contribuir com o Fórum Nacional da Infância e da Juventude?

Minas Gerais sempre foi referência em políticas públicas no combate ao abuso dos direitos da criança e do adolescente. Nós estamos levando para o CNJ duas experiências que já estão sendo implementadas no Estado. O programa Descubra, com o qual vamos dar oportunidade aos adolescentes acima de 14 anos de fazer um curso profissionalizante e conseguir o primeiro emprego. Isso é muito importante tanto para o adolescente em conflito com a lei quanto para adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Qual a outra iniciativa?

A outra experiência é o Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional [CIA]. A intervenção na criança e no adolescente tem que ser imediata, e as audiências preliminares estão aí para comprovar a importância desse modelo de Justiça rápida, eficiente e eficaz.

Como a senhora avalia as políticas assistenciais nessa área?

As políticas públicas são assistencialistas e com cunho político-partidário. As políticas públicas têm que estar voltadas para o real interesse da criança e do adolescente, garantindo-lhes acesso e oportunidades a moradia, educação, lazer, cultura, saúde e profissionalização. ●

CURADORIA


**DESEMBARGADOR
CAETANO LEVI**

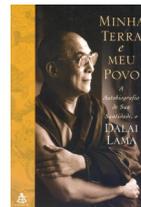
ALGUÉM PARA DIVIDIR OS SONHOS

“Embora o filme tenha um aspecto bem chocante, a mensagem da obra é de muita delicadeza. É uma verdadeira ode à amizade. Amizade atemporal, sem limites. Amizade que surge em momento de muita dor e é fiel até o último momento”. Dirigido por Tim Hunter, estrelado por Danny Glover e Matt Dillon, o filme foi lançado em 1993 e tem 1h43 de duração. Alguém Para Dividir os Sonhos já foi exibido no Cineclube TJ, com os comentários do desembargador Caetano Levi.


**DESEMBARGADOR
ROGÉRIO
MEDEIROS**

MINHA TERRA E MEU POVO

“A obra é uma autobiografia do Dalai Lama e é uma leitura muito apropriada para esse momento. Envolve fé, resignação, tolerância e amor ao próximo. A própria vida do Dalai Lama é de muito sofrimento, mas ele nunca deixou de ter a sua fé, de pregar a não violência, a paz e o amor entre os homens. É uma leitura que vale a pena!”. Minha Terra e Meu Povo – A Autobiografia de Sua Santidade, o Dalai Lama – é uma publicação da editora Sextante.


BAÚ DE ACORDES

Descobridor de talentos



REPRODUÇÃO

Tiago Parrela - Do alto de seus 86 anos, o poeta, compositor, produtor, cronista, carioca e ativista cultural Hermínio Bello de Carvalho diz que a esperança tem de ser um exercício diário, assim como a inspiração.

O poeta foi responsável pela descoberta de talentos, como Clementina de Jesus, e foi parceiro de Pixinguinha, Cartola, Nelson Cavaquinho, Ismael Silva, Chico Buarque, Paulinho da Viola. Realizou, como disse, o sonho de ser cantado pelas grandes damas da música brasileira, entre elas Elizeth Cardoso, Dalva de Oliveira, Maria Bethânia, Nana Caymmi, Clara Nunes, Simone, Zezé Gonzaga, Elza Soares e Aracy Cortes. Elas deram voz

para suas composições, como “Timo-neiro”, “Noites Cariocas”, “Estrada do Sertão”, “Fundo de Quintal”, “Cantoria”, “Sei lá, Mangueira”, entre outras.

Duas perguntas para o artista Conte-me um pouco sua história e como começou seu envolvimento com a música?

É uma longa história, mas posso adiantar que as aulas de canto orfeônico na Escola 3-3 Deodoro e o Coro da Igreja de meu bairro foram fundamentais na minha formação musical. Também havia a Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, da qual era ouvinte assíduo, e, depois, na qualidade de repórter de uma revista, passei a transitar livremente pelos corredores

e estúdios daquela rádio. Eu era muito jovem, nem tinha 20 anos de idade.

O senhor foi parceiro de diversos compositores e produziu outros tantos, além de ter estreitas relações. Como se deu essa relação de amizades e música?

Isso, acho eu, faz parte da minha própria personalidade - a de estabelecer uma relação com um mundão de gente, que, veja só, nem sempre é ou foi relacionada com a música. Escrever poesia, compor com os mais diversos parceiros, estar atento às coisas que aparecem e se desenvolvem no meu entorno - acho que isso tudo explica minha inspiração - embora essa palavra me incomode um pouco...●

MagisCultura recebe trabalhos até 20 de julho

Além de textos, associados podem enviar ilustrações e pinturas

O Conselho Editorial da MagisCultura Mineira receberá, até o dia 20 de julho, textos literários e trabalhos gráficos de associados, como fotografias, desenhos, ilustrações, pinturas e reproduções de esculturas, para serem publicados na 24ª edição da revista.

De acordo com as normas de publicação da MagisCultura, serão aceitos textos de ficção (contos, crônicas, pequenas novelas e poemas), e de estudos (artigos, ensaios e resenhas). Não são publicadas teses políticas, homenagens pessoais e necrológios.

Criada há mais de uma década, na gestão do desembargador Nelson Missias de Moraes (2007-2009), a revista consolidou-se como meio de expressão artística da Magistratura, ganhando o reconhecimento de agentes culturais do Estado,

como a Academia Mineira de Letras, pela qualidade da produção artística dos magistrados mineiros.

Entre os trabalhos publicados na última edição, estão contos, crítica literária, ensaio, poesias, análise infográfica e filosófica. Leia abaixo o poema 'Casa da Mãe Idosa', da juíza Aldina Soares, divulgado na 23ª edição da revista.

A cada novo número, a MagisCultura traz elementos que compõem a cultura do Estado. Na 23ª edição da revista, o destaque foi a influência das montanhas na produção artística de Minas Gerais.

As colaborações devem ser enviadas para o e-mail magiscultura@amagis.com.br. Os textos precisam ser digitados e ter, no máximo, 10 mil caracteres. As ilustrações têm que ter uma resolução mínima de 300 DPIs (pontos por polegada).●

REPRODUÇÃO



A 23ª MagisCultura destacou as montanhas de Minas



CASA DA MÃE IDOSA

Aldina Soares

Desde sempre havia
pão, bolinho de chuva.
Casa da mãe,
jeito de avó.
Missal na cama
renda sobre a mesa,
telhado.
A varanda visita a lua.
A cria,
a memória
a teia, tela, substância.
Se não me sabes,
nomeia-me.
Domingo,
pão na cesta e café na mesa
um quê de suspiro
contentamento no ar,
rodeia-me.

PENSAMENTO JURÍDICO

Autocomposição familiar

O TJMG passou a aplicar métodos mais adequados de solução de conflitos a demandas surgidas em contexto de violência doméstica e familiar, na esfera pré-processual. Para falar sobre a nova medida implantada pelo Tribunal, o Pensamento Jurídico conversou com o 3º vice-presidente do TJMG, desembargador Newton Teixeira Carvalho. [Foto]



Concurso da Magistratura

A carreira jurídica na Magistratura é uma das mais almejadas por profissionais do Direito. Para ajudar quem deseja integrar um dos Tribunais do País, o Pensamento Jurídico entrevistou a juíza Flávia Braga Corte Imperial, da Comarca de Pedra Azul. Ela cita as ferramentas e fontes de estudo mais importantes, e detalha o que costuma ser exigido em cada etapa do concurso.

Justiça Restaurativa

A cidade de Araçuaí adotou o modelo da Justiça Restaurativa em casos de violência doméstica. A experiência busca reduzir a reincidência e reeducar o agressor. O juiz Jorge Arbex, titular da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude e coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania [Cejusc] da Comarca de Araçuaí, fala sobre o assunto.

Amagis Saúde

Em sua trajetória de 45 anos completados em abril passado, a Amagis Saúde foi aperfeiçoada e adotou programas que investiram na doença prevenção. Para falar sobre essas inovações e debater a importância da saúde preventiva, principalmente em tempos de pandemia, o Pensamento Jurídico recebe a vice-presidente de Saúde da Amagis, juíza Rosimere das Graças do Couto.

CLIQUE AQUI
E VEJA OS
PROGRAMAS



[Assista ao Pensamento Jurídico no Canal da Amagis no YouTube e nas redes sociais e site da Associação](#)

VIA JUSTIÇA

Inclusão no Judiciário

O Via Justiça discute a Resolução nº 343 do CNJ, que dispõe sobre a inclusão de pessoas com deficiência no Poder Judiciário. O programa recebe o ministro do TST e conselheiro do CNJ, Emmanoel Pereira, e a juíza Lílian Lícia de Souza Caetano, da Comarca de Carlos Chagas, que ingressou na magistratura mineira por meio de vagas destinadas a portadores de necessidades especiais. [Foto]



Mercado Imobiliário

Em um ano e meio da pandemia, o Via Justiça analisa a situação do mercado imobiliário em 2021. O juiz Marcelo Salgado, da 36ª Vara Cível de Belo Horizonte, e a advogada Letícia Madureira Horta Canabrava, falam sobre os contratos de venda e aluguel de imóveis na pandemia, as medidas judiciais tomadas para a proteção desse mercado, a relação entre locadores e locatários.

Provas Digitais

Empresas de tecnologia têm utilizado técnicas forenses e métodos práticos aceitos mundialmente para identificar, coletar e preservar evidências digitais, embasando ações judiciais. A juíza Andréa Miranda Costa, titular da 2ª Vara de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da Comarca de Belo Horizonte, e a CEO da Verifact Tecnologia, Regia Acutu, debatem o tema.

Adoção

O livro "Adoção - Corações que se abriram para acolher e amar" lançado pelo TJMG, em parceria com Ejef, reúne 49 histórias de adotantes e adotados. A desembargadora Mariangela Meyer, superintendente adjunta da Ejef, a servidora do Tribunal Cynthia Machado e Mário César Vieira Júnior, bombeiro e paramédico nos EUA, contam um pouco dessas histórias.

CLIQUE AQUI
E VEJA OS
PROGRAMAS



TV ASSEMBLEIA Sexta-Feira, às 23h
[Canais 11, 61.2 ou 35]

www.youtube.com/amagismg/videos

Convênios para vacinas avançam no interior

Amagis credenciou clínicas no Triângulo e Sul de Minas

Em junho, a Amagis celebrou convênios com mais quatro clínicas de vacinação, ampliando a rede de atendimento aos magistrados e seus familiares, proporcionando preços especiais para seus associados.

Foram credenciadas a Bem Viver Vacinas, a Clínica de Imunoprevenção Santa Clara e o Instituto de Patologia Clínica, em Uberlândia [Triângulo Mineiro], e a Vacina São Bento, que tem unidades em Pouso Alegre, Itajubá e Varginha, ambas no Sul de Minas.

No interior, a Amagis já havia celebrado convênios com a Imunomédica, em Juiz de Fora [Zona da Mata], e a Clínica Imunizar, na cidade de Manhuaçu [Leste do Estado]. Em Belo Horizonte foram creden-

DIVULGAÇÃO



Unidade da Clínica de Vacinas Santa Clara, em Uberlândia

ciadas as clínicas Vaccine e Imunológica, que também atende em Contagem [Grande BH].

Entre as vacinas oferecidas pelas clínicas conveniadas à Amagis

estão as que previnem contra a gripe influenza. Confira a relação de credenciados no QR Code ao lado. ●



DICAS AMAGIS SAÚDE

Tomografia de Coerência Óptica

O que é a Tomografia de Coerência Óptica?

É um método de exame oftalmológico, não invasivo e de não contato, que permite a realização de cortes transversais da retina, gerando imagens tomográficas de alta resolução de alterações anatômicas.

Qual a indicação?

É indicado para o diagnóstico precoce de doenças na retina. Avalia a estrutura macular [região central da retina] de forma precisa e não invasiva.

É preciso autorização prévia para o exame?

Sim. A autorização dos exames é feita de acordo com as diretrizes de utilização definidas pela Agência

Nacional de Saúde Suplementar [ANS] e enviadas às operadoras de saúde.

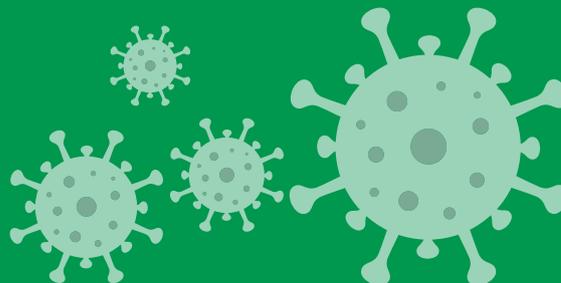
Quais são as diretrizes da ANS?

O exame é autorizado para pacientes em acompanhamento de tratamento ocular quimioterápico, diagnóstico de edema macular cistóide, edema macular diabético, buraco macular, membrana neovascular, sub-retiniana, membrana epirretiniana, distrofias retinianas, suspeita de glaucoma e diagnóstico em hipertensos oculares. ●

Saiba mais e solicite a autorização pelos e-mails autorizacao@amagis.com.br, pedido@amagis.com.br ou por meio do fax [31] 3223-3683.

BOLETIM COVID

Amagis Saúde



Segunda dose da vacina é garantia de imunização

A aplicação da segunda dose na maioria das vacinas de prevenção à Covid-19 é indispensável para estimular a imunidade da pessoa com relação ao coronavírus. A maioria das vacinas que está sendo aplicada no Brasil precisam de uma segunda dose e um período para que o organismo dê uma resposta imunológica protetora. Cada vacina tem orientações específicas, mas geralmente isso acontece de 10 a 20 dias depois da segunda dose. A vacina da Janssen é de dose única.

CHICO BEZERRA/PREFEITURA DE JABOATÃO



Organize sua rotina de trabalho

QUALIDADE DE VIDA
NA PANDEMIA

Crie uma rotina de trabalho. Ela é essencial para sermos produtivos. Na pandemia, tentar continuar com uma rotina regular traz um senso de normalidade no dia e ajuda a não precisar trabalhar em horas impróprias. Tenha um local de trabalho adequado. Ele deve ser ergonômico, silencioso, claro e ventilado. Uma cadeira confortável irá evitar dores musculares. É essencial uma boa conexão de internet.

Máscaras podem ter válvulas?

O correto é que não. Elas oferecem boa proteção a você, mas as máscaras são também para proteção coletiva. As máscaras com válvula não filtram o ar na saída e, portanto, não protegem as pessoas à sua volta. Provisoriamente, serve tampar a válvula com esparadrapo ou fita isolante, mas nunca visite idosos ou imunocomprometidos com máscaras valvuladas.

Fonte: qualmascara.com

Não caia em fake news

Para não cair em mensagens falsas, é importante verificar se ela foi encaminhada, checar as fontes de informação, não abrir links de origem duvidosa, ficar atento aos detalhes do conteúdo. Não espalhe mensagens duvidosas. A disseminação de fake news atrapalha a prevenção e a vacinação contra o coronavírus.

CLIQUE NO BOTÃO AO LADO E
ACESSE TODOS OS BOLETINS
COVID-19 DA AMAGIS SAÚDE.

BOLETINS

Rosimere do Couto, vice-presidente de Saúde



Com a missão de promover o bem-estar e a saúde da Magistratura mineira, a Amagis Saúde, fortalecida em seus 45 anos, está enfrentando o desafio da pandemia da Covid-19. Para isso, como relata a juíza Rosimere das Graças do Couto, vice-presidente de Saúde, o plano se valeu de sua experiência na medicina preventiva e continua inovando.

Qual fator a senhora destaca para a consolidação do plano?

Entre as várias iniciativas tomadas ao longo desses 45 anos, um fator essencial para a consolidação da Amagis Saúde foi a adoção de uma gestão profissional, cada vez mais eficiente, que conta com uma equipe de trabalho dedicada e colaborativa. Assim, pudemos avançar na promoção da saúde dos magistrados e seus dependentes, especialmente na implementação de medidas e programas de prevenção da saúde.

Quando a prevenção se tornou uma realidade para o plano?

O objetivo da Amagis Saúde sempre foi promover o bem-estar dos associados. Com sua consolidação, o plano passou a investir em ações preventivas como palestras, cartilhas educativas e promoção de campanhas como Outubro Rosa e Novembro Azul, buscando sempre aprimorar os serviços oferecidos aos associados. Por exemplo, a partir deste ano os beneficiários com direito a realizar o check-up da Amagis Saúde podem fazer os exames fora do mês do seu aniversário.

Qual a importância do Integramagis nesse processo?

Antes de tudo, o seu pioneirismo. O Integramagis é uma iniciativa muito importante da Amagis Saúde, não só pela realização de palestras com orientações sobre os cuidados com a saúde física e mental, mas também por favorecer a integração de magistrados e seus familiares. Durante os eventos, também ocorrem apresentações e atividades de dança, que contribuem para a descontração dos encontros. Infelizmente, em função da pandemia, estamos impedidos de promover o Integramagis. Como alternativa, o plano tem feito lives com especialistas em diversas áreas da saúde.

Qual outro aspecto da prevenção?

O princípio é a promoção da qualidade de vida dos usu-

ários do plano. Nas ações preventivas, pelo menos dois aspectos devem ser observados: impedir o adoecimento da pessoa ou realizar o diagnóstico precoce, como no caso do programa Check-up. Em consequência disso, há uma redução de custos com tratamentos e, principalmente, amplia as possibilidades de cura quando alguma doença é identificada no início.

Quais medidas foram adotadas pelo plano durante a pandemia?

A implementação da teleconsulta foi uma das principais medidas adotadas. Com o atendimento online, evitamos idas e vindas dos usuários do plano a hospitais e consultórios médicos, reduzindo, assim, a exposição desnecessária dos beneficiários do plano ao coronavírus. Atualmente, a teleconsulta dispõe de 21 áreas médicas. O atendimento é rápido e de qualidade. Criamos também o Boletim Covid-19, divulgado semanalmente com dados e orientações sobre a doença, temos promovido lives voltadas aos cuidados com a saúde na pandemia e celebramos convênios com laboratórios para a realização dos exames de detecção do coronavírus.

Qual o objetivo dos convênios com as clínicas de vacinação?

Esse é mais um benefício aos associados que, nesse momento, torna-se mais importante por facilitar a imunização contra a gripe, especialmente a Influenza. Com essas parcerias, podemos oferecer aos magistrados preços diferenciados em várias vacinas.

Como o resultado da pesquisa de satisfação pode contribuir com o plano?

Mesmo com o retorno bastante positivo, 98,5% de aprovação, a pesquisa pode contribuir para aprimorarmos o atendimento, e fazer melhorias nos benefícios e convênios que a Amagis Saúde oferece aos magistrados e seus familiares. ●



+SAÚDE

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS



Juízes destacam facilidade para marcar check-up

Exames podem ser agendados fora do mês de aniversário

Para atender às solicitações dos magistrados, a Diretoria da Amagis ampliou o prazo de marcação dos exames do programa Check-up da Amagis Saúde aos usuários do plano que tenham direito ao benefício. Com a medida, os associados podem fazer os procedimentos em qualquer mês no período de um ano, a contar do seu aniversário.

A mudança foi bem recebida por magistrados, como a juíza Simone Saraiva Abreu Abras, da Comarca de Belo Horizonte, que faz o check-up desde o lançamento do programa. Para ela, agendar os exames em qualquer mês do ano evita que o magistrado fique adiando esse cuidado.

Segundo a magistrada, além da abrangência dos exames outra vantagem do

Check-up é economia de tempo, pois os procedimentos são realizados no mesmo local. “Esse programa é um grande diferencial do nosso plano, a Amagis Saúde. Não é comum você ver outros planos proporcionando ao usuário este tipo de oportunidade”, disse.

O juiz aposentado Geraldo Lins de Sales, vai de Caratinga (Leste do Estado) a Belo Horizonte anualmente para realizar o check-up da Amagis Saúde. Na avaliação do magistrado, um dos aspectos positivos desse programa da Amagis Saúde é a possibilidade de diagnóstico precoce de alguma enfermidade, permitindo que o tratamento seja feito antes do agravamento da doença.

De acordo com Sales, marcar o check-up fora do

HAMILTON VIANA VIANA/PIXNIO



mês de aniversário permite ao associado assumir outros compromissos nesse período. “Fazer o exame fora do mês de aniversário nos favorece muito”, afirmou.

O juiz Walter Zwicker Esbaille Júnior, da Comarca de Belo Horizonte, realizou os exames do Check-up fora do mês do seu aniversário. Para ele, a principal van-

tagem da medida adotada pela Diretoria da Amagis é a liberdade de escolher a data, sem prejudicar os compromissos profissionais.

“O Check-up da Amagis Saúde é uma excelente maneira de avaliarmos nossa condição física e agirmos sempre preventivamente”, avaliou o magistrado Walter Esbaille. ●

Amagis Saúde envia novas carteiras

A Amagis Saúde enviou as carteiras do plano de saúde com a nova data de validade. Caso não receba a carteira pelos Correios, entre em contato com a Amagis Saúde pelo cadastro@amagis.com.br.

Também é possível utilizar a carteira virtual disponível no aplicativo para IOS e Android. Acesse a loja de apps do seu celular e faça o download. O login e senha do aplicativo são os mesmos da Área do Beneficiário do site da Amagis Saúde.

Saiba mais em www.amagissaude.com.br

